

■ NACIONAL

Só 20% da madeira sai legalmente da Amazônia

Do suborno de fiscais do Ibama ao uso da violência, vale tudo para burlar a lei e garantir o trabalho das madeireiras clandestinas

Ismar Cardona
de Brasília

Ninguém sabe a cifra exata. Há quem diga que, anualmente, cerca de 40 milhões de metros cúbicos de madeira são extraídos na Amazônia. Outros, que devem ser, no máximo, 28 milhões. A atividade rende por ano, no mínimo, US\$ 2,5 bilhões. A única certeza é que do total de madeira retirada da floresta da região, apenas aproximadamente 20% são autorizadas pelo Ibama. O resto é extração clandestina.

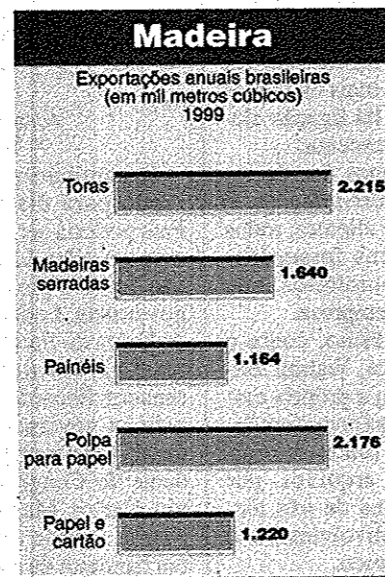
As razões para que isso ocorra são inúmeras, vão desde o reduzido número de agentes de fiscalização — existem apenas 380 em toda a Amazônia —, passa pela cumplicidade de fiscais do Ibama com a exploração ilegal de madeira e vai até à falta de empenho dos governos estaduais e municipais em colaborar com a repressão.

Como a exploração madeireira é responsável pelo maior número de empregos existentes em grande parte da região, os governos locais muitas vezes acabam fazendo vista grossa às ilegalidades praticadas pelo setor e cooperando com o coro das pressões políticas, em todos os níveis. É comum pedidos de toda natureza e das mais variadas origens para que os fiscais aliviem a barra de quem extrai madeira ilegalmente e de serrarias e madeireiras que descumprem a legislação ambiental.

O engenheiro florestal Domingos Macedo, coordenador do núcleo amazônico do Instituto de Manejo, Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), põe o dedo no nó da madeira e faz pesadas acusações contra irregularidades de toda a ordem praticadas por fiscais

do Ibama. Para ele, a influência dos madeireiros sobre os fiscais leva a uma dependência muito forte e acaba gerando cumplicidade e corrupção. “É óbvio que existe envolvimento de fiscais locais do Ibama nos grandes carregamentos de madeira. Quem sai da linha, ou não entra no esquema, acaba morrendo”, diz. O pesquisador, que morou no ano passado no sul do Pará, afirma ter perdido a conta de quantas carretas cheias de madeira viu passar em frente a sua casa, à beira da rodovia PA-150.

Macedo acredita que a fiscalização do Ibama na Amazônia só funcionará se e quando houver uma força-tarefa permanente na região, integrada por fiscais de outras regiões. Segundo o dirigente do Imaflora, o diagnóstico sobre as falcaturas praticadas é mais do que conhecido. Ele lista desde guias de exploração “calçadas”, utilizadas várias vezes para levar diversas cargas de madeira, até o pagamento de propina a fiscais do Ibama e das receitas estaduais.



Fonte: FAO

Como o setor é responsável por muitos empregos, alguns governos locais acabam fazendo vista grossa

são notoriamente fraudadas. Para se chegar ao cálculo de quanto uma madeireira pode extrair em determinada região, o plano de manejo deve conter a média dos últimos três anos de exploração. “Sempre se inflaciona as contas e ninguém verifica isso”, diz.

O chefe da fiscalização do Ibama, Rodolfo Lobo, admite que as críticas são procedentes, só não concorda com a generalização. “A denúncia não é incorreta, só não se pode generalizar, já que existe um grande número de servidores que consegue se manter imune à corrupção e às pressões de toda ordem. Como prova de que o Ibama está agindo contra os fiscais cor-

ruptos, ele informa que no ano passado foram demitidos 20 servidores em todo o País por má conduta. O que dificulta a ação do Ibama contra funcionários corruptos, em sua opinião, é “uma completa ausência de denúncias. Ninguém nos informa sobre a ação desses maus servidores”.

Para enfrentar o problema, há dois anos foi criado no órgão um serviço de inteligência, incumbido de apurar esse tipo de denúncia. Graças ao trabalho dos agentes da inteligência já foi possível botar a mão em um grande número de fiscais corruptos e também em madeireiras e serrarias ilegais. “Nós sabemos exatamente onde estão as pedras no nosso sapato. Mas é preciso reconhecer que nos últimos dois anos, o índice de irregularidades caiu muito”.

Há pouco mais de dois anos, o Ibama criou a Linha Verde, destinado a receber denúncias pelo telefone — o número 0800 61 80 80. Grande parte das ações da fiscalização é pautada por essas denúncias. Por mês, o Ibama recebe uma média de 3.000 denúncias, dos mais diversos tipos, desde a existência de um papagaio na casa de alguém, até invasão em área indígena.

Rodolfo Lobo disse que a administração central do Ibama já havia detectado inúmeras irregularidades nas autorizações concedidas para exploração florestal. Para intensificar e oxigenar a fiscalização na Amazônia, têm sido realizadas ações nos principais pólos madeirei-

ros e nos projetos de manejo florestal, empregando técnicos e agentes de fiscalização de outras unidades do Ibama. Lobo considera uma grande deficiência o Ibama não contar até hoje com um plano de carreira que limite a dois anos a permanência máxima de fiscais numa mesma região.

Ele cita exemplos dos riscos vividos por fiscais que procuram “exercer corretamente seu trabalho” em regiões em que a exploração madeireira representa 80% da economia local. A chefe de fiscalização em Rondônia, engenheira Marisia Dias, é habitualmente alvo de pressões de toda ordem para que abandone o cargo. Ela já recebeu pressões de políticos locais — prefeitos e parlamentares — que

chegam até a sede do órgão em Brasília, onde pedem para que abandone o posto.

“Uma fiscalização austera acaba criando sérios transtornos para a economia local”, admite. Por exemplo: no município do Tucumã, no Pará, no ano passado, oito agentes do Ibama, participantes da Operação Amazônia, que reforçou a fiscalização na região, foram cercados por populares e madeireiros que queriam que os fiscais devolvessem os caminhões e máquinas apreendidos, que estavam sendo usados em exploração irregular de madeira. Toda a cidade se mobilizou contra a ação do Ibama no município. A maior parte dos municípios do norte de Mato Grosso, Pará e leste de Rondônia depende basicamente da exploração madeireira. O Ibama pediu a intervenção da Polícia Federal para tirá-los de lá. Ficaram cinco dias refugiados no prédio da PM local.

“Sabemos onde estão as pedras no nosso sapato. O índice de irregularidades caiu muito”, diz Rodolfo Lobo, do Ibama